

IDENTIDADES LOCAIS: A COMUNIDADE DE VENTANIA PR E SUA IDENTIDADE RELIGIOSA NUM CONTEXTO SÓCIO-CULTURAR-ECONÔMICO NO PERÍODO ENTRE 1950 E 2000

SILVANO CARNEIRO JUNIOR

Enquanto o Brasil se modernizava com as mudanças do início do século XX e a chamada revolução de 30, período em que Getúlio Vargas se elege presidente do país, e mesmo quando se implementam as políticas públicas que instituem as leis trabalhistas e as elites nacionais tomam a iniciativa de levar o Brasil para uma integração ao modelo capitalista de desenvolvimento com a criação de empresas estatais e a modernização da economia no que Octávio Ianni define como modelo getuliano,¹ que muda as bases da economia e também a base política, grande parcela da população se coloca à margem desse processo. Surge portanto uma separação entre um setor tradicional muito forte nas zonas rurais e um setor em formação e que tende a expandir-se vinculado à produção industrial e a prestação de serviços. Esse setor soma-se aos que são cooptados pelo sistema de propaganda oficial e que apóiam o governo².

Quando em 1940 se cria o salário mínimo e em 1943 se estabelece a *Consolidação das Leis do Trabalho* nada muda na realidade dessas pessoas de origem rural e mesmo em 1963 quando se transforma em lei o *Estatuto do Trabalhador Rural*³ a situação permanece a mesma. É possível afirmar, inclusive, que em muitas vezes a situação se agrava, pois o salário mínimo pouco ou nada garantia aos trabalhadores rurais, ao contrário, criava um complicador a mais na sociedade baseada na subsistência e que de uma forma ou de outra dependia do sistema nacional para sobreviver. Já no contexto de meados do século XX, momento em que JK adota as bases do desenvolvimentismo, que Jânio renuncia, que se abre o debate sobre a posse de João Goulart e que, por fim, ocorre o golpe de 31 de março e os 25 anos de ditadura no país, Ventania permanece em sua economia de subsistência afastada do restante do estado do Paraná, sem comunicação nem transporte que permitissem uma conexão mais consistente com o sistema nacional.

Sendo essa comunidade parte integrante da nacionalidade brasileira ou parte fundamental da Nação, principalmente nos discursos dos mais variados segmentos da política nacional desde a mais sectária posição de direita até a mais vanguardista posição de esquerda, é necessário enfatizar algumas características importantes da comunidade. Sua população é composta em sua maioria de pequenos agricultores e de fazendeiros que também têm

¹ Octávio Ianni, *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 53-55

² Jorge Ferreira (org.), *O populismo e sua história e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.87

³ Octávio Ianni, *Op. Cit.*, p.56

atividades bastante voltadas para a subsistência, utilizando-se da pecuária extensiva e de arrendamentos a pequenos agricultores como meeiros⁴.

E o mais intrigante é que essa comunidade composta ao nosso olhar, por pobres, tomaria muito mais facilmente posição ao lado das marchas da família com Deus e pela liberdade do que ao lado daqueles que lutaram contra a ditadura, certamente por suas posições ligadas ao catolicismo popular expresso até hoje nas danças de São Gonçalo e nas Rezas Particulares, manifestações de religiosidade que tem um forte significado social para a comunidade. Tal comportamento nos remete a uma relação de compadrio que é bastante presente na comunidade e que os leva a uma leitura particular do processo político por que passa o país com a repressão imposta pelos militares.

Essas pessoas seriam portanto parte integrante das “massas silenciosas sujeitas a explosões ocasionais”⁵ que integram-se de maneira marginal nas melhorias que, por ventura, possam ocorrer na condição de vida do povo brasileiro.

É evidente que esse debate é muito difícil, mas bastante interessante e aponta para algumas possibilidades que justificariam o posicionamento dos populares diante das intervenções que a sociedade brasileira sofreu ao longo do século XX por parte de suas elites de maneira autoritária. Estamos tratando de uma comunidade rural específica mas que exporta força de trabalho para os mais diversos setores da economia como as demais comunidades rurais do país⁶. Nesse sentido, discutir as maneiras de ver o mundo presente nessas comunidades nos permite interpretar a visão de mundo dos brasileiros de maneira extremamente parcial mas que forma um coletivo nacional garantidor desses governos tanto nas rupturas quanto nas continuidades.

Num país continental como o Brasil a discussão de identidade nacional parece que finalmente retoma uma posição de destaque nos estudos da história levando em consideração as regionalidades que são parte importante da nacionalidade e têm um papel fundamental na compreensão do nacional, principalmente quando se refere ao político. A questão das identidades locais leva a uma preocupação que me parece mais abrangente embora bastante complexa e que se insere no estudo das identidades particulares que passa pelas etnias, pelas culturas, pelos modos de vida e pelas questões regionais como componentes importantes de uma mestiçagem que é a base de várias e múltiplas identidades variáveis⁷.

⁴ Antonio Candido, Os parceiros do rio bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo. Duas Cidades. 10ª. Edição. 2003. A estrutura que se apresenta em Ventania até o final dos anos 80 não foge muito da análise desenvolvida por Antonio Candido em seu brilhante trabalho sobre uma comunidade de caipiras no município de Bofete – SP entre 1948 e 1954. A estrutura social de Ventania só começa a mudar com a introdução da indústria da madeira e o cultivo da soja.

⁵ Guillermo O’donnell, Análise do autoritarismo burocrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 32

⁶ Octávio Ianni, Op. Cit., p. 57. Também: Antonio Cândido, Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 10ª. Edição.

⁷ Serge Gruzinski, O pensamento mestiço. São Paulo. Companhia das Letras, 2002. p. 52-55

O estudo das questões regionais como o caso de Ventania, levando a uma conexão com o nacional pode contribuir para a compreensão do comportamento da sociedade brasileira frente à ditadura militar e sua mais completa apatia e até mesmo sua colaboração com aquele comportamento que restringia as liberdades individuais e perseguia aqueles que se opunham ao regime.

Se compararmos a ditadura brasileira com as demais ditaduras especificamente com a da Argentina e do Uruguai veremos que as vítimas nesses países formam um número muito maior. Uma questão que parece ter uma importância bastante significativa é a mobilização popular contra a ditadura em seus respectivos países. Me atarei mais ao caso brasileiro para discutir uma questão que aponta para uma ausência de mobilização nacional no caso brasileiro referindo-me especificamente a Ventania, uma comunidade que apresenta características importantes para tal estudo.

Vários teóricos buscam tal explicação em nosso passado ibero-americano ou luso-brasileiro a partir do contato entre índios negros e brancos europeus numa relação completamente desigual e que tinha o europeu como civilizador e negros e índios como os explorados e sem possibilidade de sublevação⁸. Por outro lado podemos recorrer a trabalhos clássicos de nossa historiografia⁹ que já vinculavam os problemas contemporâneos ao passado colonial com muita propriedade. Sobre essas questões, Michel de Certeau¹⁰ nos remete a discussão das formas de resistência ou de subversão como mecanismos encontrados pelos populares para subverter a ordem das coisas, e como isso é interpretado pela sociedade particular ou grupo de indivíduos.

Por sua vez, Serge Gruzinski¹¹ aborda a questão relativa especificamente a colonização americana de forma semelhante a Certeau.

As comunidades afastadas dos centros urbanos brasileiros tiveram um comportamento muito interessante no sentido de garantir o *status quo* da ditadura.

Em muitos pontos do interior do Brasil se observa uma postura de resistência, como alguns focos de guerrilha e algumas mobilizações importantes, principalmente no nordeste, evidentemente com a participação de componentes urbanos.

A comunidade de Ventania no centro do Paraná, ao que parece, colocou-se à margem de quase todo o processo de construção do populismo, sua morte e a constituição de uma ditadura de 25 anos. Quanto ao processo de abertura política e seus desdobramentos com a conseqüente democratização da sociedade, parece que pouco mudou. É certo que atualmente os meios de comunicação de massas transmitem com mais contundência os

⁸ Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 19ª. Edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987. p.16-36

⁹ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*

¹⁰ Michel de Certeau. *A Invenção do Cotidiano: a arte de fazer*, Petrópolis, Vozes,1994.

¹¹ Serge Gruzinski, *Op. Cit.*

acontecimentos nacionais, embora estes se fazem presentes mais nas tragédias e nos eventos cotidianos do que nas questões políticas de cunho social mais amplo. Aparentemente, a política e a sociedade nacionais preocupam pouca gente nessa comunidade, que se mantém voltada para as questões regionais como a religiosidade e suas práticas culturais locais e um pouco distantes das festividades nacionais de uma maneira geral.

É evidente que alguns avanços ocorreram na sociedade brasileira com reflexos em Ventania mas o que poderíamos citar como o de maior impacto é sem dúvida o direito a aposentadoria rural e mais freqüentemente o auxílio ao idoso que corresponde a um salário mínimo por mês, sem direito ao 13º salário que é o que diferencia o abono da aposentadoria.

Uma comunidade composta em sua maioria de descendentes de índios, negros e ibéricos cuja origem se perdeu nos últimos 500 anos e que leva a vida trabalhando como jornaleiros, ganhando em torno de 10 reais por dia de trabalho, sem nenhuma garantia, ou vive da subsistência em minifúndios e latifúndios improdutivos do ponto de vista do capitalismo ortodoxo e que passa parte do tempo aguardando a idade para ter direito ao benefício concedido pelo Estado, que muitas vezes é muito superior ao que ele ganhou ao longo da sua vida.

Essas pessoas não tem muito a se preocupar com as disputas de projetos políticos nacionais e acaba ficando refém da elite local que acaba por apropriar-se daqueles benefícios como moeda de troca em pagamento do voto dos caboclos¹²

O senhor Atanásio Félix da Silva, uma espécie de líder carismático da região, que viveu até o início dos anos 80, deixou uma afirmação interessante sobre o getulismo e que seguramente refletiu no posicionamento da comunidade frente ao período da Ditadura Militar. Dizia ele: *“Olha compadre! Quem acabou com o Brasil foi Getúlio Vargas. Ele acabou com o caboclo e criou o cidadão. O que é o cidadão? Não sabemos. Antigamente quando um homem fazia uma proeza nós dizíamos: Eta caboclo veio... e agora? Não sabemos nem o que dizer numa situação dessas.”*¹³

Talvez hoje a comunidade esteja um pouco mais próxima de constituir um acesso à cidadania formal, mas no tempo de seu Atanásio realmente estava muito distante. Pelo que consigo perceber a própria elite local participava de forma “enviezada” do processo político nacional numa mistura de caudilhismo e de paternalismo que muitas vezes se opõem nas disputas locais numa forma pessoal de se fazer política. Essa relação pessoal se faz mais presente na época da ditadura mas há alguns elementos que remetem ao período do

¹² Alejandro M. Garro, Democracia, violência e justiça: o não estado de direito na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 310-325

populismo. Percebe-se alguns traços de posições políticas oriundas de partidos mas na grande maioria o que se apresenta é a figura do líder local em disputa com outro líder local e nunca uma proposta concreta de qualquer partido político.

Até hoje as disputas eleitorais se dão no campo pessoal e mesmo no caso de vincular o líder local ao projeto político prevalece a figura do líder em detrimento do projeto. Esse modo de pensar a política teve uma importância significativa na história política do Brasil porque essas pessoas têm uma relação com a política que foge de um contexto nacional. Esses homens, cuja origem se perde no tempo, dão indícios de que sempre viveram à margem da sociedade brasileira e, possivelmente há várias gerações, vêm fugindo da violência estatal e criando formas de se proteger ou de conviver com essa violência, geração após geração.

É muito provável que a idéia de governo para esses homens ainda esteja ligada aos bandeirantes, às disputas entre brancos e índios e até mesmo à Revolução Farroupilha ou já no século XX, quando os caboclos são forçados a fugir com seus monges e seus santos do Estado e do progresso que os tirava de sua vida de coletores e caçadores na qual viviam, do pastoreio do gado e da venda de erva mate, quando da construção da estrada de ferro e da Guerra do Contestado¹⁴.

Quando surge, portanto, o getulismo, e a representação de Vargas como “pai dos pobres”, esses caboclos muitas vezes sentiam-se ricos ou mesmo pobres, porém não se percebiam como incluídos pelas propostas e ações do populismo. Quando vem o Golpe militar eles “colocam-se” a margem desse processo, entendendo que aquele confronto não lhe dizia respeito por imaginar que era de “gente da cidade” e não dos caboclos dos confins do Brasil.

A ditadura Militar pode ter sido acompanhada pelas elites locais com um certo receio e com toda certeza de maneira extremamente parcial. Já, por parte do povo, é muito provável que as posições tenham sido tomadas para responder ao chamado de líderes locais, sem qualquer tipo de conotação política nacional. Esses homens acabaram por estabelecer uma relação estreita com a “*querência*”¹⁵ e uma profunda ausência em relação à pátria como garantidora de sua sobrevivência coletiva. Como são pessoas que vivem da subsistência o seu modo de vida se fez à margem do Estado, ligando-se esporadicamente ao sistema hegemônico como sendo um apêndice do sistema nacional.

¹³ Entrevista realizada com José Felix da Silva, filho de Atanásio Felix da Silva em 2000 no município de Ventania

¹⁴ José Henrique Rollo Gonçalves, A guerra do Contestado, 1912-1916: uma síntese escolar. Apontamentos no. 26 abril – 1994. p. 7-19

¹⁵ Querência no sentido regional de definir um espaço próprio do homem comum como um espaço doméstico num sentido amplo. “Querência é o chão que a gente/ Considera como lar;/ É terra buena e sem par/ que a nossa imaginação./ Depois da desilusão/ Que nos enche de tristezas,/ Cerca de velas acesas/ No altar do coração” Onofre Machado Ramos, Cantos que eu canto, Porto Alegre, Editora Metrópole, 1978, p.15

Como as tradições foram estabelecidas desde a mescla entre negros índios e portugueses ou espanhóis numa dinâmica constituída pela regionalidade ou pela relação social local, as mudanças políticas para aquela sociedade são interpretadas de maneira bastante particular. Como a disputa se dava entre trabalhadores urbanos que viviam de salários (os arigós)¹⁶ e o governo os habitantes do lugar optam por um posicionamento independente em relação a esse conflito. Algo muito comum entre o povo dessa região é concordar com tudo o que se diz a eles e logo que a pessoa se afaste eles arrematam “*ele não sabe nada*” numa clara demonstração de que eles elaboraram e consolidaram seu próprio universo social e de certa forma se protegem dos de fora. Eles vivem um mundo completamente diferente e com outros valores. Como forma de resistência ou mesmo de alienação no sentido do afastamento eles se colocam neutros ou tomando posição sabendo que tal posição tanto pode ser tomada num lado como noutro. Isso não irá mudar em nada sua vida como é o caso do voto. Para eles tanto faz votar no PT ou no PFL ou qualquer outro partido. Essa mentalidade mesmo que passe por transformações lentas ao contato com outros trabalhadores que vão para a cidade ainda preservam valores desse modo de vida construído pelo viver no sertão com valores ligados a uma cultura específica.

A ausência do povo nas decisões políticas pode ser muito mais uma forma de consciência do que uma forma de alienação. Como essas pessoas vêm de uma sociedade totalmente marginal e que muito pouca ou nenhuma participação teve no processo político por que passou o país desde a sua independência e proclamação da república, no século XIX, tem um certo descrédito nas possibilidades de mudanças propostas ou implementadas ao longo do século XX e principalmente no chamado populismo, no golpe de 64 e mesmo na democratização por que passou o país nos anos 80 e 90.

Entendo que a comunidade a que me refiro não se posiciona de maneira nacional mas sim de maneira local, mesmo entendendo que o local é parte formadora do nacional. Pensando em suas necessidades imediatas e entendendo de maneira própria o que se configura como nacional. Todas as questões nacionais inclusive os festejos nacionais como as datas cívicas e o carnaval não são comemorados de maneira consistente na comunidade. As comemorações sociais da comunidade são amplamente locais e na maioria dos casos voltadas para a religiosidade. Como as questões nacionais são interpretadas de maneira particular certamente são transformadas e recriadas naquele ambiente social de tal maneira que os valores são completamente outros e inclusive permitem uma visão de mundo muito mais no sentido místico do que no sentido social, entendendo que não se pode pensar o místico separado do social para essas pessoas.

¹⁶ Referência feita aos operários da cidade ou trabalhadores vinculados a empresas do setor industrial ou de serviços por entrevistados em ventania.

Ao discutir as questões sociais e políticas da América Latina Paulo Sérgio Pinheiro afirma que:

Há vastas partes do território, principalmente nas áreas rurais, onde as classes dominantes regionais e locais continuam a manipular as instituições estatais, como o Judiciário e a polícia, sem falar da mídia impressa e eletrônica. Para complicar ainda mais o quadro, deparamos com um paradoxo que enfraquece os esforços para lutar contra o crime: apesar das garantias fundamentais estarem bem definidas pela maioria das Constituições democráticas, o exercício da cidadania plena é praticamente inexistente para a maior parte da população. Essas sociedades baseadas na exclusão – em termos de direitos civis e sociais – poderiam ser consideradas “democracias sem cidadania”.¹⁷

A comunidade de Ventania vive essa situação de maneira bastante consistente. Essa realidade se faz muito presente entre seus habitantes e os desdobramentos levam a uma posição de rejeição ou de negação ao Estado mesmo que de forma velada até por receio do aparato repressor que o Estado coloca a serviço das elites locais e que exerce o controle sobre os populares. Embora a comunidade se coloque de maneira muito solidária com as elites criando uma idéia de convivência pacífica, se percebe que a mesma rejeição às autoridades que existe nos centros urbanos se faz presente em Ventania, com relação à polícia e os demais meios de repressão presentes na comunidade. No entanto há uma falsa idéia de harmonia entre pobres e ricos que só se percebe a negação nos detalhes e nas relações sociais colocadas de maneira velada pelos pobres. É preciso fazer uma ressalva em relação à criminalidade que nessa comunidade é bem diferente da criminalidade urbana. No entanto as necessidades de uma verdadeira preocupação com as necessidades sociais e uma integração ao sistema de garantias individuais e coletivas se faz necessário para que possamos realmente consolidar a democracia no Brasil em todos os níveis.

É preciso que haja uma distribuição de renda e uma construção das liberdades democráticas que possa garantir uma integração das mais distantes populações rurais e urbanas aos direitos fundamentais do homem para que se construa uma democracia participativa e de fato. Enquanto o Estado defender apenas os interesses de minorias haverá possibilidades de atitudes violentas por parte deste contra seus habitantes. Os pobres de Ventania são vítimas de uma violência velada por parte do poder constituído que os usa como instrumentos para permitir o uso do aparelho por poucos privilegiados. Aparelho este que serve para reprimir os pobres e os colocar em condição de submissão e controle.

¹⁷ Paulo Sérgio Pinheiro, Democracia, violência e justiça: o não estado de direito na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 14